

**OS CONFLITOS DA REPUBLICANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
BRASILEIRA A PARTIR ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DO SERRO  
ENTRE 1895 A 1903**

**THE CONFLICTS OF THE REPUBLICANIZATION OF BRAZILIAN  
EDUCATION FROM THE NORMAL MUNICIPAL SCHOOL OF SERRO  
BETWEEN 1895 TO 1903**

Danilo Arnaldo Briskievicz  
Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG

**RESUMO**

O estudo proposto é sobre a instrução pública especializada na formação de professores e professoras para o mercado de trabalho na Primeira República no Brasil. De maneira geral, pretende-se explicar os motivos que levaram à criação em território nacional das escolas normais, muito por conta da mudança na legislação que propiciou aos estados e municípios grande autonomia para suas organizações. De modo específico, buscam-se as razões sociais, econômicas e culturais que propiciaram a experiência de uma escola normal municipal na cidade do Serro/MG subvencionada pelo governo estadual. Estuda-se o cotidiano escolar, os conflitos entre o poder público local e seus diretores, bem como demonstram-se as ideologias que perpassavam a instrução pública naquele contexto, em especial, o ultramontanismo e o positivismo. O método é a pesquisa bibliográfica em arquivos públicos e particulares, bem como o recurso à escassa literatura sobre o assunto. O resultado esperado é a demonstração de como foi a experiência de uma escola normal no interior do Brasil com seus atores, conflitos e contexto peculiares.

Palavras-chave: História da educação, Escola Normal, instrução pública, cotidiano escolar, formação docente.

**ABSTRACT**

The proposed study is about public education specialized in teacher education for the labor market in the First Republic in Brazil. In general, it is intended to explain the reasons that led to the establishment in the national territory of the normal schools, largely due to the change in the legislation that gave the states and municipalities great autonomy for their organizations. Specifically, we seek the social, economic and cultural reasons that led to the experience of a normal

municipal school in the city of Serro / MG subsidized by the state government. We study the daily school life, the conflicts between the local government and its principals, as well as demonstrate the ideologies that permeated the public education in that context, especially ultramontanism and positivism. The method is bibliographic research in public and private archives, as well as the use of scarce literature on the subject. The expected result is the demonstration of what was the experience of a normal school in the interior of Brazil with its peculiar actors, conflicts and context.

**Keywords:** History of Education, Normal School, public instruction, daily school life, teacher education.

## **1 INTRODUÇÃO**

A educação brasileira em 1890 recebeu a contribuição da reforma organizada por Benjamin Constant (1833-1891). Ele propôs mudanças nos ensinos primário (de 7 aos 13 anos) e secundário (de 13 aos 15 anos). A inspiração da educação no modelo positivista de Auguste Comte, centrado no ensino das disciplinas científicas como a matemática e a física foi sua mais importante característica. O ensino primário de primeiras letras ou primário elementar, contudo, continuou nos moldes da educação imperial, mesmo o país vivendo numa república. Foi a partir dessa reforma que outras aconteceram nas primeiras décadas da república brasileira, ampliando-se a noção de que a escola deveria ser organizada em séries e os estudantes deveriam ser divididos por faixa etária, o que ficou patente com a criação dos grupos escolares nos anos de 1892 a 1896 (SAVIANI, 2013, p. 173). Por conta desse novo modelo de organização escolar houve uma crescente demanda pela formação de professores, aumentando o número de escolas normais no Brasil para a capacitação para o magistério, especialmente em São Paulo, um dos estados mais influentes na educação nacional e que, por isso, acabou por exportar suas ideias pedagógicas para o restante do país, incluindo Minas Gerais.

O processo de modernização da educação brasileira avançou em paralelo ao texto da Constituição de 1891, em três tendências ou mentalidades: a tradicional, a liberal e a cientificista (SAVIANI, 2013, p. 168). A educação segundo a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891, foi afetada pela secularização de cunho positivista pois estabeleceu a separação entre a Igreja e o Estado, interrompendo oficialmente o regime do padroado, que funcionava no Brasil desde o século XVIII. Com isso, o Estado passou a regular a cidadania com a controle dos registros oficiais de nascimento, casamento e óbito dos brasileiros. A marca, contudo, da educação na Constituição de 1891 é a descentralização da União no seu processo de oferta e de controle, em crescente liberalização da oferta de escolas em território nacional, por vezes, exigindo investimentos do governo, por vezes negando

a sua centralidade no processo. De fato, pela no Constituição, os estados, seguindo o modelo federalista, passaram a ter mais autonomia para tomar decisões educacionais, repassando esta autonomia aos municípios, segundo o art. 68, que prescrevia: “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891).

A autonomia dos estados e municípios em relação à educação foi determinante na promulgação da primeira Constituição de Minas Gerais, promulgada em 15 de junho de 1891. Nela consolidou-se a formalmente como deveria ser a relação entre o estado mineiro e o governo nacional, implantou-se o Legislativo dividido em Câmara e Senado e a propôs-se a mudança da capital de Ouro Preto para a Cidade de Minas, a futura capital do estado, a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, como símbolo da modernidade e do progresso para os mineiros. A Constituição deu autonomia aos seus municípios para gerirem os seus processos educacionais. De fato,

A Constituição mineira é enfatizada como liberal nos aspectos da delimitação dos direitos municipais, ocorrendo em seu bojo a descentralização do poder político. Além da jurisdição administrativa dos municípios, também os distritos passaram a compor a base da organização administrativa. A partir daí acirram-se os conflitos entre os mandatários em torno do poder local e mesmo nas relações estabelecidas com o Estado (BARROS, 2014, p. 803).

Assim, a cidade do Serro a partir de seus sete vereadores eleitos para o mandato iniciado em 24 de março de 1892 – entre eles o Agente Executivo Municipal Raimundo Augusto da Silva – escreveu, também, os seus estatutos municipais, refletindo o espírito de autonomia da época.

A primeira comissão para apresentar uma constituição municipal foi escolhida em 13 de março de 1892 e foi composta pelo juiz de direito Dr. Dario Augusto Ferreira da Silva, pelo capitão José Maria Brandão, pelo antigo inspetor escolar Teotônio de Magalhães e Castro, Teófilo Pinheiro de Souza Brandão, Camilo José Simões, Dr. Joaquim Bernardino de Queiroz, Dr. José Pedro de Araújo e o alferes Luiz Antônio Pinto, tio-avô do serrano João Pinheiro da Silva, um

republicano histórico (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 102, n.p.).

Os trabalhos da comissão prosseguiram durante o ano de 1892 e, após longas discussões entre os vereadores, foi promulgada em sessão extraordinária da Câmara Municipal do dia 31 de dezembro de 1892, às sete horas da noite, sob a presidência do vice-presidente padre Antônio Pinheiro da Silva Brandão, estando presentes os vereadores Inácio Alves Barroso (secretário interino), José Mórtimer Dayrell, José Maria Brandão, Januário Ferreira dos Santos, Francisco de Salles e Silva, Jacinto Pereira de Magalhães e Castro e Antônio Diogo da Silva Mourão (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 156, n.p.).

Segundo o texto da Constituição do Serro (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.), promulgada pela Câmara Municipal “eleita pelo povo, para exercício de sua soberania” seu fundamento seria a autonomia e liberdade de organização da cidade “como parte integrante do estado de Minas Gerais.” O estatuto determinou sob qual território deveria ser aplicado, sendo que no Art. 2º os vereadores descreveram os limites do município, composto dos distritos seguintes já existentes: 1º o da cidade do Serro, que continuou a ser sua sede; 2º o de Santo Antônio do Rio do Peixe [atual município de Alvorada de Minas]; 3º o de Nossa Senhora dos Prazeres do Milho Verde [atual distrito de Milho Verde]; 4º o de Santo Antônio do Itambé [atual município do mesmo nome]; 5º o de São José do Itapanhoacanga [atual distrito de Alvorada de Minas]; 6º o de São Gonçalo do Rio das Pedras [atual distrito do mesmo nome]; 7º o de São Sebastião dos Correntes [atual município de Sabinópolis]; 8º o de Nossa Senhora Mãe dos Homens do Turvo [atual município de Materlândia]; 9º o de Nossa Senhora da Pena do Rio Vermelho [atual município de Rio Vermelho]; 10º o de São José dos Paulistas [atual município de Paulistas]. Sobre esse território remanescente das constantes divisões administrativas desde o século XVIII no interior dos limites da Comarca do Serro do Frio a Constituição serrana legislou.

Nesse período de 1895 a 1903, a cidade do Serro ampliou, sobremaneira, a modernização de seus dispositivos de governo. Assim, criou o seu órgão oficial

semanal pela Lei nº 32, de 10 de abril de 1896. De fato, os vereadores transformaram o jornal republicano e municipalista A Sentinella – fundado em 1893 – em sua folha oficial. Segundo Briskiewicz (2002, p. 54-55), o diário oficial seria impresso em oficinas particulares “enquanto os recursos municipais não permitirem a aquisição de um prelo próprio” funcionando com “um diretor redator, um editor, um gerente, que será o oficial da Secretaria da Câmara, dois tipógrafos e um auxiliar” ficando “o Agente Executivo Municipal autorizado a adquirir o material preciso para a manutenção do jornal e fazer a despesa com as sobras de todas as verbas do orçamento vigente.”

Além de uma folha oficial para manter um canal direto com seus munícipes, a Câmara Municipal investiu em obras públicas como forma de modernização e progresso da cidade, em especial do seu sistema de abastecimento de água potável; gerenciou os processos eleitorais em seu termo, articulando sua influência para ampliar o poder político serrano no Legislativo mineiro e brasileiro na República Velha, através do voto de cabresto; determinou a secularização do Cemitério Municipal em sua administração retirada das mãos da Igreja. Mas nada se compara com a centralização do gerenciamento da instrução pública municipal do ensino primário, que foi possível com a publicação da Lei nº 12, de 26 de janeiro de 1895, resultante das discussões iniciadas em 22 de dezembro de 1892, quando foi apresentado um projeto para a instrução pública.

No Capítulo I – da direção, administração e inspeção do ensino primário municipal ficou estabelecido no art. 1º que estes pertenciam diretamente ao “presidente da Câmara Municipal, vereadores e presidentes dos Conselhos Distritais em seus respectivos distritos” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.). No art. 2º centralizou a criação e manutenção das escolas municipais necessárias no município para atender à população escolar “relativamente à renda arrecadada no distrito” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.). No art. 4º estabeleceu que nas localidades onde houver duas escolas municipais uma deveria ser dedicada exclusivamente ao sexo masculino e outra do feminino; no art. 5º, acrescentou que havendo apenas uma

escola municipal na localidade, esta seria obrigatoriamente mista, “regida por professora e na sua falta por professor casado e moralizado” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.); no parágrafo único do art. 5º proibiu que nas escolas mistas frequentassem alunos maiores de 12 anos, a não ser na hipótese de haver salas separadas para ambos os sexos “e contínua vigilância” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.). Em relação à frequência legal exigia-se um mínimo de 15 alunos e a matrícula de 35, ficando a Câmara Municipal responsável para fornecer mobília, materiais e livros que seriam escolhidos pela instituição de acordo com o parecer da Comissão de Instrução Pública. Para exercer o cargo de professor nomeado pela Câmara apenas cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, moralizados, sendo os documentos e atestados expedidos pelo pároco, Conselho Distrital ou Juiz de Paz. A capacidade docente seria comprovada por exame oral, escrito e prático prestado em concurso. A marca da instrução pública serrana é a obrigatoriedade e gratuidade para os meninos de ambos os sexos de seis a dezesseis anos de idade.

As elites locais acreditavam na educação como proposta de modernização e de progresso para o município serrano. Assim, antes mesmo de fazer sua reforma do ensino primário a Câmara Municipal criou, às expensas do município, mas contando com subvenções do governo mineiro, a sua Escola Normal Municipal do Serro pela Lei nº 16, de 19 de janeiro de 1895. A Escola Normal teria, obrigatoriamente como modelo as escolas normais do estado, conformando-se à legislação e regulamentos em vigor naquele período. O governo municipal ficou, assim, autorizado a dispende pela verba denominada Instrução Pública, o valor inicial de 12:000\$000 (doze contos de réis) e contrair empréstimos de mais 10:000\$000 (dez contos de réis) para a compra do prédio e mobília (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.). No dia 08 de março de 1895, a Lei do Orçamento para 1895 fixou em seu §9º despesas relativas a “uma Escola Normal Municipal com gratificação aos professores de 1º ano, direção da escola, custeio e despesa indispensáveis à sua instalação” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.), no valor de 8:000\$000 (oito contos de réis).

Portanto, a Escola Normal Municipal do Serro foi criada oficialmente em 19 de janeiro de 1895. Sua data oficial de início de funcionamento foi considerada nos anos seguintes o 1º de maio de 1895, segundo o jornal A Sentinella nº 5, de 24 de maio de 1896 (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 96, n.p.), quando afirmou em sua coluna Le Mouvement:

Por hoje contentar-nos-emos com falar sobre o movimento do dia 1º de maio. Esta data que significa para nós a inauguração do único estabelecimento de instrução secundária que possuímos e criado pela municipalidade não teve a comemoração devida. Consta-nos que o Sr. Agente Executivo para solenizar esta data ofereceu á classe escolar fogos e outros produtos pirotécnicos para os festejos comemorativo, festejos estes que não se realizaram não sabemos se devido ao pouco entusiasmo dos alunos ou se à indiferença do professorado. Consta-nos que também nesse dia os alunos antes de se entenderem com o respectivo diretor foram incorporados à residência do Sr. Agente Executivo pedir-lhe feriado em comemoração à data da instalação da Escola (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 96, n.p.).

A Escola Normal Municipal do Serro parece ter funcionado até dezembro de 1903, o que mostram os documentos da Câmara Municipal em arquivos públicos. Durante os oito anos de seu funcionamento – com pequenas interrupções para obras pontuais no seu edifício em 1902 – a Escola Normal esteve no centro das discussões políticas do Serro, em especial aquelas ligadas à modernização da cidade pela instrução pública.

Trata-se de compreender os dilemas do projeto modernizador serrano na sua tentativa de incentivar o progresso local através da moralização da juventude pela instrução pública, fornecendo uma alternativa para a ampliação de sua rede de escolas primárias através da profissionalização docente ofertada na Escola Normal, para jovens de ambos os sexos, de todas as classes sociais. Contudo, os conflitos políticos da própria elite econômica serrana parecem ter sido determinantes para pôr fim à experiência da instrução normalista serrana pública e gratuita.

Portanto, nosso objetivo é investigar quais os interesses políticos e econômicos determinaram a concepção, o funcionamento e o fim da Escola Normal Municipal do Serro, ao mesmo tempo que buscamos demonstrar o seu lugar social de atuação como escola de instrução pública da juventude para a formação de jovens

professores ou normalistas no período de 1895 a 1903. Assim, esclarecemos os conflitos variados no interior da sociedade serrana que aparecerem no dia a dia da Escola Normal, bem como procuramos explicar a rotina de seus diretores e professores, a dinâmica das salas de aulas com seus programas e pontos de avaliação e os impactos das políticas públicas em sua curta existência.

## **2 O EDIFÍCIO DA ESCOLA NORMAL**

É fundamental para nosso estudo começar pela história da aquisição da sede própria da escola Normal Municipal do Serro pela Municipalidade. Trata-se, na história da educação serrana, da primeira aquisição de fato de um edifício para o funcionamento de uma escola para a moralização da juventude através de um curso secundário profissionalizante para atender às demandas da instrução primária. Os normalistas egressos da Escola Normal poderiam lecionar, a princípio, apenas para os alunos de ambos os sexos do ensino primário, o antigo ensino de primeiras letras. Para se tornarem professores profissionais, os alunos secundaristas precisavam de um diploma oficial de normalista.

O edifício escolhido para ser adquirido pela Câmara Municipal a fim de abrigar a Escola Normal foi a Casa dos Carneiro. É o maior edifício do antigo Largo da Cavallhada [séc. XVIII] ou Rua Teófilo Ottoni [séc. XIX], atual Praça João Pinheiro [séc. XX]. O casarão parece ter sido construído nas primeiras décadas do século XIX. Segundo Souza (1999, p. 204-205), em 1831 “era seu proprietário o comendador José Ferreira Carneiro (1794-1883)<sup>1</sup>” que foi “patriarca de numerosa

---

<sup>1</sup> Segundo Pereira Filho (2019), “foi comerciante atacadista (“negociante de grosso tracto”) de fazendas secas, na Vila do Príncipe, MG, Brasil, tendo aberto sua loja, no dia 16 de junho de 1816, quando teria apenas uns 23 anos de idade! [...] Foi também negociante de fazendas secas no município de Tamanduá, MG, Brasil, cerca de 1864. Homem de grandes posses, “afazendado”, teve pelo menos as seguintes propriedades rurais: 1. Engenho de Cana (fazenda), no lugar denominado Viamão [...], distrito de São Domingos do Rio do Peixe (hoje, Dom Joaquim, MG), município de Conceição do Mato Dentro, MG, Brasil, com 1.400 (mil e quatrocentos) alqueires mineiros; 2. fazenda no lugar denominado Bananal, em Santo Antônio do Rio do Peixe (hoje Alvorada de Minas, MG), município do Serro, MG, Brasil, com 200 (duzentos) alqueires mineiros, cerca do ano de 1856. [...] A fortuna de José Ferreira Carneiro (Juca) permitiu-lhe ser generoso com as causas públicas e, entre os seus feitos, além dos muitos já citados, como exercer de graça e doar os proventos dos cargos públicos em benefício da causa pública, equipar, abrigar e prover um Batalhão que foi mandado para socorrer

família radicada no Serro e ramificada em todo o estado e também pelo país inteiro, era grande latifundiário, minerador com numerosa escravatura, senhor de engenho e da famosa fazenda do Viamão” [atual município de Carmésia]; amigo de Dom Pedro I, Carneiro foi o responsável pela encomenda de um retrato do Imperador que foi colocado no Senado da Câmara, “em meio de grandes festas e discursos” no dia 14 de junho de 1827; em 27 de novembro de 1895, a filha do comendador José Ferreira Carneiro, Júlia Cândida Ferreira Carneiro (nome de solteira, ou Júlia da Cunha Pereira, nome de casada) já havia efetuado a venda do casarão para a Câmara Municipal, pois seu procurador Simão da Cunha Pereira Sobrinho recebeu a quantia de 2:000\$000 (dois contos de réis) “em pagamento de prestação que lhe devia a Câmara.” De fato, a Casa dos Carneiro ou sobrado nº 14 da praça Teófilo Ottoni foi vendida por 8:000\$000 (oito contos de réis) em negociação com o Agente Executivo Municipal Dr. Augusto Clementino da Silva, sendo que o valor de 2:000\$000 foram pagos no ato da escritura e 6:000\$000 no prazo de três anos na razão de 2:000\$000 por ano com juros de 6% ao ano sobre a quantia que a Câmara Municipal deveria ainda pagar (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 98, n.p.).

Em 1895, a Câmara Municipal juntou o útil ao agradável: comprou a Casa dos Carneiro para instalar a Escola Normal e, ao mesmo tempo, promoveu a mudança de seu antigo prédio que servia à ao Senado da Câmara/Câmara Municipal desde o século XVIII, localizado na antiga Rua das Flores [atual Rua Nelson de Sena], quase em frente à Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na antiga Rua Direita. Isso se deu pela Resolução nº 7 de 04 de fevereiro de 1896, sendo a antiga casa de Câmara colocada em hasta pública, e foi arrematada por 530\$000 por Camilo Salomão Árabe

---

a Bahia, subscrever fundos para compra de navios para formar a novel Marinha de Guerra do Brasil, ou mandar pintar o retrato do Imperador, deve-se acrescentar o socorro às finanças do novo governo, com a compra de 20 Ações de Fundos Públicos e a cessão em benefício do tesouro de 6:396\$000 (seis contos, trezentos e noventa e seis mil réis), representados por papéis de dívidas ativas, valor avultado para essa época e que enriqueceria qualquer pessoa. Foi Vereador do Senado da Câmara da Vila do Príncipe, MG, Brasil, durante 3 anos seguidos (1823-1825) e Procurador da mesma em 1825. Em 1836 foi eleito Vereador da Câmara Municipal da Vila do Príncipe, MG, Brasil, para o exercício do quadriênio 1837-1840 [...]. Em 1837, era Presidente da Comissão do Troco do Cobre, da Vila do Príncipe, MG, Brasil. Foi Deputado à Assembleia Provincial de MG, Brasil, em duas legislaturas: 2ª (1838-1839) e 3ª (1840-41). [...] Foi Deputado à Câmara Geral do Império (federal) na 5ª legislatura (1843-1844). [...] Segundo a tradição oral, era amigo pessoal do Imperador D. Pedro I, do qual mandou pintar um retrato para a Câmara do Serro, MG, Brasil, hoje desaparecido.”

e Pedro Jorge Brumana (SOUZA, 1999, p. 200-201). A mudança definitiva, devido às exigências de adaptação do novo edifício, deve ter-se dado após o dia 16 de junho pois, segundo anota Briskievicz (2017, n.p.), em 19 de junho de 1896, “o governo municipal pagou 80\$000 ao Alferes Luís Antônio Pinto, procurador do Dr. Henrique Lessa de alugueis da casa n.º 2 da Praça General Gomes Carneiro para Palácio do Governo Municipal do dia 16 de abril a 16 de junho do corrente ano.”

A aquisição de um prédio novo para funcionar nele a Câmara Municipal já tinha sido autorizada pela Lei nº 6, de 26 de janeiro de 1893 (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.). Contudo, não havia sido adquirido um novo edifício até predominar a ideia de se comprar um edifício para nele funcionar a moderna e progressista Escola Normal. A mudança da Câmara Municipal de um edifício antigo, que a ligava ao Brasil colonial e imperial diz muito sobre a mudança de mentalidade das elites serranas.

A modernização e o progresso precisavam de novos ícones para demonstrar à população a sua efetividade. Dessa forma, a Escola Normal e a Câmara Municipal se estabeleceram na principal rua comercial da cidade, de frente para o Mercado Municipal, mais próximas do grande público. Seria uma forma de ressignificar os dois ícones? Ao que tudo indica, sim, uma vez que fundar uma escola para a instrução pública e popularizar a república e suas instituições faziam parte do ideário político desse contexto histórico. A escola e a Câmara republicana – unidas a serviço do progresso e modernização da sociedade – no mesmo edifício. Assim,

O século XIX foi marcado por profundas transformações na sociedade burguesa. A reorganização do capital determinou mudanças na forma de trabalho e na organização da sociedade. Nessa reorganização, atribuiu-se à escola um papel fundamental, responsável pelo desenvolvimento e harmonia social, contribuindo assim, para a unidade nacional (MACHADO, 2007, p. 203).

A Escola Normal Municipal do Serro passou por várias adaptações com pequenas e grandes reformas. A antiga Casa dos Carneiro era uma residência familiar. Com a aquisição do imóvel para nela funcionar uma escola para jovens era necessário criar um ambiente pedagogicamente relevante com salas para as classes

dos quatro anos de curso. Além disso, havia a necessidade de espaços para o recreio, para as oficinas práticas e para a sala da congregação – a sala dos professores.

Por isso, a primeira obra de reforma de maior vulto do edifício da Escola Normal – entre muitas outras que foram necessárias para adaptação da escola e depois da Câmara Municipal – aconteceu em julho de 1901 comprovada pelo orçamento feito numa lista em que constam madeiras para o conserto (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 11, Caixa 06). No dia 30 de setembro do mesmo ano, um mapa de serviços assinado por José Raymundo de Oliveira e de seus trabalhadores revela um custo de 139\$500 (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 12, Caixa 06) por obras realizadas no prédio. Durante essas obras é que possivelmente as aulas funcionaram na antiga casa do Barão de Diamantina, alugada pela Câmara Municipal de 1880 a 1883 para funcionamento do Liceu de Artes e Ofícios do Serro e, em 1895, para abrigar as oficinas do jornal oficial do município, A Sentinella.

O resultado prático da compra da Casa dos Carneiro para o funcionamento da Escola Normal foi que, logo após o encerramento das suas atividades pedagógicas, ao final do ano de 1903, a vocação do edifício ficou sendo sua utilização para outras instituições públicas, além da Câmara Municipal, devido ao gigantismo de sua construção. Dois exemplos ilustram bem essa vocação: em 17 de setembro de 1902, a Liga Operária Beneficente pediu um cômodo inferior da Escola Normal para reunião da mesma associação até que esta tenha prédio próprio, a fim de abrigar, inclusive, sua biblioteca (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 94, n.p.); em 1904, com a assinatura da lei de criação do Grupo Escolar Dr. João Pinheiro o edifício foi designado para abrigar todas as escolas isoladas que foram extintas na cidade, a partir de seu funcionamento em 1908<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Pelo Decreto nº 25, de 31 de março de 1908, o presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal do Serro “dando cumprimento ao que dispõe o artigo 4º da Lei nº 97, de 30 de setembro de 1904, considerando que pelo governo do Estado foi criado um grupo escolar nesta cidade e considerando que é de maior conveniência a uniformização dos métodos de ensino de acordo com o programa adotado pela última reforma da Instrução primária decretou: artigo 1º - fica suprimida a cadeira de instrução primária municipal existente na sede deste município dispensada a respectiva professora e adjunta a quem em nome do município agradeço” [...] (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 139, n.p.).

O governante do município do Serro era por força da sua Constituição o presidente da Câmara Municipal ou o Agente Executivo Municipal. No período de 1895 até 1903, ou seja, da inauguração da Escola Normal Municipal do Serro até o seu fechamento, vários serranos assumiram através do voto popular essa função pública e de acordo com seu entendimento, dirigiam os seus trabalhos. Estes foram políticos – em sua maioria – que participaram efetivamente da ruptura e transição da monarquia para a república no Brasil, apoiando o movimento de criação de um novo governo.

Assim, de 1892 a 1894, governou o município serrano Raimundo Augusto da Silva, tendo como vice o padre Antônio Pinheiro da Silva Brandão, secretário José Mórtimer Dayrell e demais vereadores José Maria Brandão, vigário Júlio Colen, Salatiel Fernandes da Silva, Jacinto Pereira de Magalhães e Castro. De 1895-1897 foi a vez do mandato de Dr. Augusto Clementino da Silva, tendo como vice-presidente Ernesto Peregrino do Nascimento.

De 1898 a 1900, exerceu o mandato de Agente Executivo Municipal e presidente da Câmara Francisco Roberto Brandão da Fonseca e José Maria Brandão.

De 1901 a 1903, assumiu José Maria Brandão e Sebastião Augusto de Lima.

Foi em dezembro de 1903, a última vez que a Escola Normal Municipal do Serro teve registro de previsão de receita por recolhimento de taxas de matrícula e inscrições para exames, no valor total de 800\$000 (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 139, n.p.). Nesse mesmo foi assinada a última folha de vencimento dos professores e funcionários da Escola Normal, constando nove professores e um porteiro (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 17, Caixa 05). Não há documentação em arquivos públicos comprovando seu funcionamento no ano de 1904. Durante o período analisado, as alternâncias na presidência eram constantes, seja por conta da eleição dos vereadores para cargos de deputados estaduais e/ou federais obrigando-os a mudarem de cidade indo para Ouro Preto/Belo Horizonte ou a capital do Brasil, o Rio de Janeiro; seja por conta de enfermidades ou mesmo viagens constantes.

Portanto, a aquisição do prédio próprio para o funcionamento da Escola Normal Municipal do Serro nos permitiu compreender que havia um rearranjo dos ícones de poder – escola e Câmara – e seus dispositivos na cidade por conta da renovação da mentalidade serrana por conta das ideias republicanas, com seu viés modernizador e progressista. Adicionamos os nomes de alguns agentes executivos municipais ou presidentes da Câmara Municipal para ampliar a concepção de que houve uma reorganização das elites serranas em torno da república, em especial, do poder que estar nesta instituição representava, uma vez que através dela se governava um grande território do estado de Minas Gerais com seus distritos, povoados e, acima de tudo, cidadãos potencialmente qualificados ao voto. Estar presente na Câmara Municipal era uma forma de prestígio social para os vereadores eleitos, de reconhecimento da sua autoridade dentro de suas fazendas, na cidade, nos distritos e povoados da Comarca do Serro. A república brasileira dava os seus primeiros passos: havia uma Constituição de 1891, havia eleições regulares – apesar do voto de cabresto ser um dispositivo fundamental para a manipulação dos resultados finais, havia um projeto de educação em curso, em especial, o dos grupos escolares.

### **3 O QUE NOS ENSINA O COTIDIANO DA ESCOLA NORMAL**

A Escola Normal serrana foi criada pela Lei nº 16, de 19 de janeiro de 1895<sup>3</sup>, graças à mobilização de um grupo ligado ao seu primeiro diretor, o professor

---

<sup>3</sup>Segundo Accácio (2019, p. 2-3), a primeira Escola Normal foi inaugurada “em Niterói em 1835, na Bahia em 1836 e no Ceará em 1845, com objetivo de formar professores primários melhor preparados, mas com uma organização rudimentar – em sua maioria não ultrapassando o nível primário superior – e que depois desaparecem. A Escola Normal de Niterói representa um marco, já que foi a primeira escola normal pública das Américas [...]. Em São Paulo, considerada a província com melhor instrução e com a economia mais desenvolvida, cria-se a Escola Normal em 1846, destinada somente a homens, e com um único professor catedrático de Filosofia e Moral no curso anexo à Faculdade de Direito. A escola funciona em sala contígua à Catedral da Sé e forma apenas cerca de quarenta professores em vinte anos até 1867, quando desaparece. Em 1874, ressurgue a Escola Normal em São Paulo, com um curso de dois anos e novo plano, mas, por falta de verba para instalação e custeio, novamente é fechada em 1878. Só, afinal, em 1880, o presidente da província de São Paulo reinstala a Escola Normal com um curso de três anos. [...] A província de Minas Gerais cria cinco escolas normais: a da capital e a de Campanha em 1872, a de Diamantina em 1879 e as de Paracatu e Montes Claros em 1880. Na província de Espírito Santo, em 1873, reforma da instrução primária manda criar

Alcebíades Nunes de Ávila e Silva (1870-1942) e ao médico Dr. Augusto Clementino da Silva (1861-1952), composto por ex-apoiadores de Dom Pedro II e de republicanos históricos. O ponto de contato entre esses dois personagens – os Silva – talvez seja o catolicismo tradicional herdado das suas famílias que, não por acaso, os enviaram para os Seminário de Diamantina e do Caraça, respectivamente. Depois da proclamação da república brasileira a Igreja passou por um momento de reavaliação de seu papel social. No Serro, especificamente, esse papel perpetuou-se de 1702 até 1889 com a centralidade do padroado na vida social, política e educacional. Dessa forma, a secularização era um risco para a moralidade cristã serrana. A solução era se adaptar. A solução era criar estratégias novas para interferir nos processos de decisão do município.

No caso dos Silva, adaptar-se significou projetar na escola alguma possibilidade de redenção do papel perdido da Igreja naquele contexto de secularização, apelando para o discurso civilizatório com forte conotação moralizadora dos costumes da juventude pela educação. Os fantasmas do materialismo e do positivismo<sup>4</sup>, bem como da secularização republicana rondavam corações e mentes católicas. Isso deveria ser denunciado como algo contrário à moralização dos costumes. Mas ao mesmo tempo, a Igreja precisava estar disposto a incluir em ideário novas ideias.

---

uma escola normal. Na província do Rio Grande do Norte, a criação é em 1874 e na província do Amazonas, em 1882. [...] Outros obstáculos estão na grande instabilidade das escolas normais, na sua programação que detalha aspectos desnecessários e trata outros superficialmente, na falta da prática de ensino, por serem os cursos noturnos, e na não garantia da profissionalização. Apenas quando chegaram ao Brasil as ideias inspiradas no movimento que, na América do Norte e na Europa, tende a confiar à mulher o ensino da primeira infância e quando o positivismo, no Brasil, coloca a mulher como a portadora da reserva moral, as docentes do sexo feminino encontram maior espaço profissional.”

<sup>4</sup> Nunes (p. 27-81) escreveu um artigo em 1928, intitulado “As necessidades dos tempos modernos”. Nele o autor apresenta a defesa do catolicismo em detrimento do positivismo, baseando-se no fato de que “o eminente brasileiro Barbosa Lima, constituinte da república, senador da República, antigo governador de estado, político de princípios, puro e sensato, abandonada a loucura de Comte, regressou à Igreja, - ‘Santa Igreja Católica’, como ele lhe chama. Alegremo-nos os católicos” [...]. Parabéns ao Brasil católico! Parabéns a Barbosa Lima, agora convencido, com Cícero, ‘de que será impossível citar uma só opinião absurda cujo autor e defensor não fosse um filósofo’, seja este Kant ou Comte.”

Prova disso foi a reação imediata, em 1890, do vigário serrano José Maria dos Reis<sup>5</sup>, ingressando na imprensa com o seu jornal conservador O Mensageiro, como resposta ao projeto modernizador da república (LEITE, 2011, p. 32). Numa correspondência entre os Silva, datada de 17 de janeiro de 1896, Augusto Clementino cita estar de pleno acordo em relação às críticas que Alcebíades recebeu do padre José Maria que estava com dificuldades de aprovar plenamente a escola por sua escassez de recursos e de gabinetes de física e de química, além de “não possuímos uma mobília decente, uma biblioteca com revistas” (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 197, Caixa 18).

Além disso, houve a questão do Cemitério Municipal, inaugurado ainda no período imperial, no ano de 1884, antes administrado pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição e seu vigário, e agora, secularizado pelo governo republicano, ficou “debaixo da exclusiva administração do Governo Municipal e será administrado por meio de um administrador e um guarda-coveiro” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 133, n.p.). Quem assinou a Resolução nº 11, de 11 de abril de 1896, foi o republicano histórico Teotônio de Magalhães e Castro, ligado profundamente ao também republicano João Pinheiro da Silva, que se tornou presidente do estado de Minas Gerais, em 1906.

A disputa entre republicanos e católicos explica, por exemplo, o fato do professor Alcebíades Nunes de Ávila e Silva ter sido demitido de seu cargo de primeiro diretor da Escola Normal em 1896, um ano após ter assumido o cargo. Além de professor, o ex-diretor era jornalista defensor do catolicismo e de seus valores tradicionais como pode ser lido em diversos capítulos de seu livro publicado em 1931,

---

<sup>5</sup> Segundo Pires (2015, p. 157-158), “nasceu no Serro cerca de 1859 onde foi vigário; ordenou-se em 22 de setembro de 1883 no Seminário de Diamantina, onde foi professor de física. Era músico e tocava oficleide. Fundou a antiga Escola Normal do Serro onde lecionou português, e o jornal “O Mensageiro”, órgão conservador, doutrinário e católico [...]. Desgostoso o padre José Maria pediu transferência para Santa Maria de São Félix (hoje Santa Maria do Suaçuí) onde faleceu em 12 de abril de 1919, lá trabalhou durante 23 anos. Tudo fez para promover Santa Maria montando, por conta própria uma tipografia na casa paroquial, grande novidade para a época.” O relato é interessante pois coloca o vigário no grupo dos fundadores da Escola Normal, o que de certa forma explicaria a rejeição desse grupo por parte dos apoiadores do governo municipal republicano. Não há documentos que comprovem que ele tenha lecionado Português na Escola Normal.

intitulado *Dos meus escriptos* (NUNES, 1931, p. 10). O fato de sua demissão ganhou as páginas dos jornais serranos e gerou polêmica no município.

O jornal *A Sentinella* nº 7, de 07 de junho de 1896, publicou um artigo intitulado “A Sentinella e o ex-diretor da Escola Normal.” No texto, afirmou-se que Silva, “procurando provas que não dera motivos para ser demitido daquele cargo, diz entre outras coisas que este periódico não é órgão do governo municipal, mas sim do jacobinismo desta terra” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 96, n.p.). O problema é que o jornal – órgão oficial do governo municipal – anunciou em tom de comemoração o ato de exoneração do diretor, que não se calou e publicou sua defesa no outro jornal, *O Mensageiro*. A resposta dos editores de *A Sentinella* afirmou que o mesmo jornal só iria publicar algum artigo político “tendo em vista defender a forma de governo estabelecido, que pode ser atacado de diferentes modos” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 96, n.p.).

Com a demissão do seu primeiro diretor – Alcebíades Nunes de Ávila e Silva, assumiu outro católico, moderado, o Dr. Augusto Clementino da Silva. Contudo, apesar do médico-político ter sido eleito Agente Executivo Municipal para o mandato de 1895-1897, acabou sendo o mais votado para o cargo de deputado estadual e teve que se mudar para Ouro Preto, deixando o seu posto de diretor da Escola Normal para seu vice-diretor, Alcebíades Nunes, que acabara de ser demitido por pressões internas do governo serrano. Uma jogada de mestre: os católicos elegeram um deputado e mantiveram como diretor interino da Escola Normal o único que conseguiria, naquele contexto, manter a reputação moral da mesma instituição e era, de alguma forma, uma liderança para os professores da mesma escola, sendo respaldado pelas famílias dos alunos.

De fato, a congregação dos professores da Escola Normal era composta por poucos docentes. A escola estava em processo de organização em 1895-1896 quando contratou os professores de acordo com as disciplinas previstas no regulamento

geral das escolas normais de Minas Gerais<sup>6</sup>. Os professores lecionavam as seguintes disciplinas: Ciências Físicas e Naturais, Geografia e Corografia do Brasil, Ginástica, Pedagogia, Português e Literatura, Aritmética e Álgebra, Geometria, Desenho e Caligrafia, Música e Canto, Francês, História, com aulas práticas para o sexo feminino e aulas práticas para o sexo masculino e uma professora inspetora. Em 29 de agosto de 1898, os professores escreveram um documento com seus planos de ensino.

O programa de ensino da cadeira de Geografia do 1º, 2º e 3º anos determinou que seriam ensinados: a) preliminares, noções de cosmografia, definições geográficas, principais produções do globo, etnografia, religiões, estados de civilização, formas de governo, línguas e dialetos; b) geografia geral da Europa; c) geografia geral da Ásia; d) geografia geral da África; e) geografia geral da América; f) geografia geral da Oceania; 2º ano geografia particular da América; 3º ano geografia do Brasil (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 178, Caixa 30).

O programa de ensino da cadeira de Francês foi apresentado pelo professor interino Alcebiades Nunes de Ávila e Silva. Para o 1º ano: gramática até capítulo V, da 1ª parte exercícios sobre a parte estudada da gramática; 2º ano: gramática, desde capítulo V, da 1ª parte, até capítulo V, da 2ª parte; tradução e exercícios sobre toda a teoria vista; 3º ano: gramática, desde capítulo V, da 3ª parte, até o fim, tradução, composição (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 178, Caixa 30).

O programa de ensino para a cadeira de geometria da Escola Normal do Serro foi organizado pelo regente da mesma, o professor Francisco da Cunha Pereira, o professor Tuquito. Para o 1º ano seria usado o livro de Legendre e seriam vistos: preliminares, estudo das linhas, das propriedades dos triângulos, círculos, circunferências, et e problemas de geometria plana; para o 2º ano o mesmo autor, medição das áreas e problemas (geometria plana). Sala da Congregação da Escola

---

<sup>6</sup> Sousa e Rocha (2018, p. 9), explicam que, “segundo o Relatório Geral da Secretaria do Interior de Minas Gerais, de 1894 (...), entre os anos de 1871 a 1888, foram criadas as Escolas Normais em: Ouro Preto e Campanha (Lei nº. 1.769 de 04 de abril de 1871); Montes Claros e Paracatu (Regulamento nº. 84 de 21 de fevereiro de 1879); Uberaba (Lei nº. 2.783 de 22 de setembro de 1880); Sabará (Lei nº. 2.794 de 03 de outubro de 1881); Juiz de Fora (Lei nº. 2.815 de 22 de outubro de 1887) e São João D’El-Rey (Lei nº. 3.116 de 06 de outubro de 1888). Vale ressaltar que o ano de criação não corresponde ao ano de instalação e funcionamento, tendo geralmente um espaço de tempo variável.”

Normal do Serro, aos 29 de agosto de 1898, Francisco da Cunha Pereira (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 178, Caixa 30).

O programa de pontos de Aritmética do 2º ano previa como 1º ponto, estudar a formação dos quadrados dos números inteiros; 2º ponto, raiz quadrada dos números inteiros; 3º ponto, raiz quadrada dos números fracionados; 4º ponto, formação dos cubos; 5º ponto, raiz cúbica dos números inteiros; 6º ponto, raiz cúbica dos números racionados; 7º ponto, proporção; 8º ponto, propriedades das proporções; 9º ponto, regra de três; 10º ponto, juros (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 136, Caixa 32).

No dia 07 de abril de 1902, a Inspetoria de Diamantina enviou uma mudança a ser adotada pela Escola Normal Municipal do Serro, tendo sido publicado no jornal diamantinense O Município, de 18 de março do mesmo ano, em que se previam lições semanais – o mesmo que aulas para cada classe – para os quatro anos. Assim, ficou estabelecido que:

Primeiro ano: Língua Nacional, 2 lições por semana; Francês, 3; Aritmética Elementar, 2; Geografia, 2; Desenho Linear, 1; Trabalho de Agulha, 2  
Segundo ano: Língua Nacional, 2 lições por semana; Francês, 3; Aritmética Elementar, 3; Geografia, 1; Física, 2; Desenho Linear, 1; Trabalho de Agulha, 2.  
Terceiro ano: Língua Nacional, 2 lições por semana; Francês, 1; Geometria Plana, 2; Geografia, 2; História do Brasil, 2; Química Inorgânica, 2.; Pedagogia, 3; Desenho Linear, 1.  
Quarto ano: Língua nacional 2 lições por semana; Botânica e Zoologia, 3; Geometria Plana, 2; História do Estado de Minas, 1; Pedagogia, 2; Desenho Linear, 1 (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 04, Caixa 10).

A direção da Escola Normal Municipal do Serro era composta por um diretor, um vice-diretor e um secretário. Os salários eram pagos mensalmente, variando de 150\$000 para o diretor, 100\$000 para professores com uma disciplina, 50\$000 para professores de aulas práticas e professora inspetora, além de 41\$666 para o porteiro contínuo.

Vejamos alguns documentos que revelam o funcionamento da instituição.

No dia 07 de janeiro de 1896, o diretor Alcebíades Nunes de Ávila e Silva encaminhou para a Câmara Municipal “os pontos que formulamos e constam da relação juntas, sobre as quais deverão versar as provas do concurso para o provimento da cadeira de Geografia e Corografia” (ARQUIVO IPHAN SERRO,

Documento 196, Caixa 18). Enquanto isso, por vezes, os alunos precisavam mudar de edifício para terem suas aulas, por conta das reformas de adaptação (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 197, Caixa 18).

Os exames dos alunos matriculados (havia também a possibilidade de alunos ouvintes) poderiam ser realizados em disciplinas isoladas, de acordo com a série de cada aluno, duas vezes ano por ano, em primeira e segunda épocas, a partir de pontos de matéria que seriam avisadas aos alunos em data próxima. É o que fez, em 02 de fevereiro de 1896, o aluno Heliodoro José da Fonseca que se inscreveu para prestar exames de Aritmética na segunda época (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 191, Caixa 18). Para fazer qualquer inscrição para exames e requerimentos de documentos os alunos pagavam taxas na Coletoria Municipal e recebiam uma segunda via chamada de talão comprobatório.

Os requerimentos de inscrições endereçados para o diretor da Escola Normal para os exames de primeira época foram recebidas no dia 14 de maio de 1900: Etelvina Francisca de Almeida para 1º ano: Português, Francês, Desenho, Caligrafia, Economia Doméstica e Lições de Cálculo (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 103, Caixa 04), assim como Anna Nunes da Silva Horta (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 104, Caixa 04), Georgina Otília de Araújo (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 33, Caixa 05), Mariana Augusta Xavier do 2º ano (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 41, Caixa 05), Olavo da Cunha do 1º ano (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 41, Caixa 05), Sebastião Borges do Amaral aluno ouvinte do 3º ano – Álgebra, Instrução Moral (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 117, Caixa 05), e muitos outros.

Havia reuniões da congregação dos professores com regularidade regimental. Em 14 de novembro de 1896, o vice-diretor em exercício Josefino Aguiar, escreveu um convite com os nomes dos professores para darem ciência na frente de seus nomes: “convido aos senhores professores para, segundo o determina o Regulamento da escola, apresentarem-se hoje 14 de novembro, no edifício da Escola, às 5 horas da tarde. Dr. Cordeiro ciente, Fernando Victor ciente, Gervásio ciente,

Antônio Moura Ciente, J. Collen, P. Menezes, Dr. J. Luiz Ciente, D. Cristina Ciente, D. Prisciliana” (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 193, Caixa 18).

Os professores eram obrigados a fazer os seus boletins de frequência de suas classes, entregando-os à secretaria da escola. As licenças para faltas autorizadas eram concedidas para os professores e alunos mediante requerimentos assinados e dirigidos ao diretor. Assim, no dia 08 de maio de 1896 o professor Dr. Augusto Clementino da Silva da cadeira de ciências físicas e naturais pediu licença (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 195, Caixa 18); no dia 08 de junho de 1896, o aluno José de Souza Pereira, do primeiro ano, apresentou atestado por estar tomando remédio, acamado por alguns dias (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 194, Caixa 18); no dia 11 de novembro de 1896, a aluna Angelina Rosalina deixou de comparecer hoje às aulas, por motivos de justo impedimento (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 198, Caixa 18).

### **3 OS RELATÓRIOS DO DIRETOR**

Por causa do disposto no §11 do Art. 274 da Lei nº 1.175 de 29 de agosto de 1898, o diretor da Escola Normal Municipal do Serro tornou-se obrigado a prestar contas do ano letivo através de um relatório em que, basicamente, respondia, de forma minuciosa, a três tópicos: quantos alunos matriculados e frequentes no período; a apresentação dos nomes dos professores e suas disciplinas e da direção; e um passo a passo dos exames finais de primeira e segunda época com o nome dos alunos que receberam os seus diplomas de normalistas. Em arquivos públicos foram encontradas duas cópias dos relatórios, sendo um datado de 21 de junho de 1899 e outro, datado de 1902.

O primeiro relatório, escrito por Alcebíades Nunes de Ávila e Silva, apresenta um importante preâmbulo sobre sua concepção de educação e sobre o contexto de fundação da Escola Normal Municipal do Serro:

Criada pela municipalidade serrana em janeiro do ano de 1895, instalada solenemente em 03 de abril do mesmo ano, esta escola não só vinha satisfazer ardente aspiração desta zona populíssima, sempre à margem da distribuição dos benefícios do ensino estadual, mas também prestar seus

serviços pela preparação de preceptores dignos, no Estado, que, com a pequena quantia de reis 15.000\$000 anuais, a título de subvenção, obtém resultados assas satisfatórios, iguais aos que, com dispêndio talvez quintuplicado, aufere de suas escolas normais oficiais,. Ao dizer isto, nenhum sentimento bairrista me anima, pois que teriam e têm confirmação minhas palavras em averiguações e fatos. Na qualidade de vice-diretor, por confiança imerecida que me dispensastes, exerço as funções de diretor, na ausência do eminente serrano e grande patriota Exmo. Sr. Dr. Augusto Clementino da Silva, ora no trabalho do Congresso Brasileiro. Em relatório por ele remetido a vosso governo, no ano passado, liam-se informações completas sobre assuntos de que ora me julgo instado aqui falar, visto que nada poderia, fazer, digo, adiantar-vos (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 02, Caixa 14).

O diretor explica o movimento de matrículas e de frequência. Ao todo, foram 73 alunos matriculados e ouvintes que frequentaram os quatro anos do Curso Normal. Nas Aulas Práticas Anexas estiveram matriculados 36 alunos. No total, 106 alunos passaram pelas salas de aula. O diretor não especificou quantos alunos e alunas estavam matriculados e frequentes em cada série dos quatro anos do curso. Contudo, numa divisão simples, chega-se ao número médio de 18 alunos [meninos e meninas] em casa classe de cada ano, nas disciplinas comuns, sem a inclusão das aulas práticas.

Outra resposta dada pelo relatório anual diz respeito aos trabalhos dos exames. Segundo o documento, eles começaram no dia 15 de maio e prolongaram-se por quase um mês, terminados no dia 13 de junho. Assim,

Posso assegurar-vos que, nesta Escola, a observância das disposições regulamentares é uma realidade, e que os exames foram feitos com a máxima seriedade. Assim, de conformidade com o disposto no art. 86 do regimento vigente, artigo salutaríssimo e de inapreciáveis vantagens para a instrução, os alunos não tiveram absolutamente conhecimento dos pontos o que equivale a dizer que os que compareceram em exames e foram aprovados (nesta primeira época compareceram somente poucos relativamente ao número) só o foram permanecendo-no, atenta a seriedade dos ditos exames. Essa benéfica disposição, porém, não livrou de oferecer brecha, pois que, muita vez alunos compareceram aos exames com espectadores, apenas para tomarem nota dos pontos que alunos inscritos não tirando à sorte, aproveitando-se desse conhecimento para se prepararem para a 2ª época, dando-se caso de conhecerem todos os pontos com antecedência de 3 meses. À diretoria e à congregação faltou competência para obstar isto. Parece-me que faltou ao poder municipal, tendo de se eximir a Escola nossa no que dispõe de essencial, o regimento das escolas normais estaduais (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 02, Caixa 14).

O resultado final da escola – o momento da diplomação dos alunos e alunas – revela uma desproporção entre a média de alunos em casa série do curso normal e os alunos concluintes. Se cada série, em média, teria 18 alunos regulares, e se apenas 6 foram diplomados nesse ano, temos uma proporção de aprovação em torno de 33% o que pode ser explicado também pela taxa de evasão escolar durante os quatro anos do curso. De qualquer forma, o diretor comemora o resultado:

Concluíram o curso 6 alunos, aos quais conferi diplomas em sessão solene da congregação, a 15 do corrente mês de junho. Foi uma bela festa, honrada com a presença do que há de mais nobre e seleta na sociedade deste legendário e benemérito Serro. Eis os nomes dos alunos laureados: Dona Rita de Cássia Ferreira Rabello, Dona Rosalina A. de A. Sousa, Srs. Emílio Castelar da Fonseca, José Nicodemos de Araújo, José G. Couto e Antônio Meneses (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 02, Caixa 14).

Segundo o relatório o pessoal administrativo e o corpo docente eram compostos pelo diretor Dr. Augusto Clementino da Silva; vice-diretor Alcebíades Nunes de Ávila e Silva, secretário Fernando Víctor. Os professores eram os seguintes: de Ciências Físicas e Naturais, Dr. Augusto Clementino da Silva; de Geografia e Corografia do Brasil, Alcebíades Nunes de Ávila e Silva; de Ginástica, Fernando Víctor; de Pedagogia, o bacharel João Luiz da A. Sousa; de Português e Literatura, o advogado Antônio L. M. de Moura; de Aritmética e Álgebra, Alfredo José da Silva; de Geometria, Francisco da Cunha Pereira; de Desenho e Caligrafia, Josefino A. Aguiar; de Música e Canto, Gervásio José da Fonseca; professora inspetora, Dona Prisciliana Nunes Rabello; Aula Prática do sexo feminino (interina), D. Rita de Cássia Ferreira Rabello; interino de Francês, Alcebíades Nunes de Ávila e Silva; interino de História, Antônio L. Monteiro de Moura; interino de Aula Prática masculino, Alfredo J. da Silva. O relatório informa que as últimas quatro cadeiras estavam em concurso público para nomeação.

Por fim, o diretor apresentou algumas reivindicações e sugestões:

Não se levando em conta alguns acidentes, reinou neste instituto boa disciplina, nada de grave havendo de se lamentar. Aqui lembro-vos o que já tive ocasião de vos dizer: para a boa inspeção dos alunos é inteiramente urgente a necessidade de apressar a divisão do edificio, de maneira que ofereça todas as comodidades. A Exma. Inspetora mais de uma vez me há dito ser necessário alterar o repartimento dos salões em que os alunos recreiam. Tudo isso tendo boa vontade de executar bem o sei, mas peço que

seja feito sem demora, para que no ano letivo próximo futuro a escola comece a funcionar com todas as comodidades. Concluindo, Sr. Agente Executivo, digo-vos que na medida das minhas forças, acompanhando com vivo interesse e vigilância todas as fases da sua vida e a tudo atendendo. E como não, se no peito pulsa-me um coração de serrano, do filho desta terra a quem, principalmente esta Escola está destinada a prestar inapreciáveis benefícios, pela elevação do nosso nível intelectual, pela adaptação, em uma palavra, de nosso meio social para toda a sorte de prosperidade? (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 02, Caixa 14).

O segundo relatório repete, em vários pontos – e deixa isso bem claro – e acrescenta como novidade alguns aspectos que merecem também nossa atenção. O primeiro aspecto que anuncia o fim da escola em pouco tempo é a falta de investimentos do governo estadual:

Com a supressão da subvenção que o governo estadual dava à municipalidade, certo tem esta lutado com dificuldades para a manutenção; porém, mexido por estas mesmas dificuldades a benemerência da Ilustre Câmara Municipal do Serro, a primeira que, em todo o Brasil, criou a suas próprias expensas escolas municipais de instrução primária; não desanimando, por que os resultados são patentes; não se poupando a sacrifício algum, por que a vida dos patriotas é e deve ser sacrifício pelo bem-estar de seu torrão natalício, tem o povo serrano, realmente interpretado pela Municipalidade, dado provas de que ama, ampara e sustenta a instrução – condição primária e essencial do progresso (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 02, Caixa 14).

De acordo com o segundo relatório o número de alunos matriculados e ouvinte era de 45 nos 4 anos do curso normal. O diretor aponta que na aula prática anexa o número de matriculados era de 16 alunos, “número bem diminuto, porém suficiente para se preencher o fim a que se destina” (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 02, Caixa 14). A média no primeiro relatório de alunos por turma era de 18; neste, a média caiu para 11 alunos por turma. Os alunos que concluíram o curso normal e foram diplomados foram Dona Ana Soter do Carmo, Dona Maria Jacinta do Carmo, Dona Estefânia Maria do Patrocínio, Dona Mariana Augusta Xavier e Franklin Pereira dos Reis. Um total de 5 alunos. Considerando a média geral de cada turma com 11 alunos, a evasão e/ou reprovação no último ano do curso normal segundo o relatório caiu pela metade. Enquanto no primeiro relatório de cada 3 alunos, 2 evadiram ou foram reprovados, no segundo relatório 1 em cada 2 alunos

evadiram ou foram reprovados. A escola estava com sérias dificuldades financeiras e ao que tudo indica, já não atraía a juventude serrana para suas cadeiras.

Em relação aos professores e a direção da escola, pouca coisa havia mudado. O concurso público para provimento das cadeiras de francês e pedagogia havia sido realizado com sucesso. Trabalhavam na escola os professores: de Ciências Físicas e Naturais, Dr. Augusto Clementino da Silva; de Geografia e Corografia do Brasil, Alcebíades Nunes de Ávila e Silva [assumindo também as aulas de História]; de Ginástica, Fernando Victor; de Pedagogia, Raymundo Augusto da Silva; de Português e Literatura, o advogado Antônio Leão Monteiro de Moura; de Aritmética e Álgebra, Alfredo José da Silva; de Geometria e Desenho, Francisco da Cunha Pereira; professora inspetora, Dona Prisciliana Nunes Rabello; de Francês, Dona Rosalina Angelina de Almeida e Silva; de Aula Prática, Dona Ana Gabriela de Almeida e Silva; a aula prática anexa, regida interinamente pela normalista Dona Ana Gabriela de Almeida e Silva. O pessoal administrativo era composto pelo diretor Dr. Augusto Clementino da Silva; vice-diretor Alcebíades Nunes de Ávila e Silva e o secretário Francisco da Cunha Pereira.

## **CONCLUSÃO**

A Escola Normal Municipal do Serro foi criada pela Câmara Municipal em 1895 e por ela mantida em funcionamento até 1903, quando as subvenções do governo estadual acabaram. De fato, a curta história dessa instituição escolar se insere na história da educação brasileira da Primeira República (1889-1930) como importante estudo de caso de como as políticas públicas afetaram a oferta do ensino no território nacional. Se por um lado a Constituição republicana de 1891 deu autonomia para os estados criarem seus sistemas de ensino, por outro deixou por conta dos municípios o encargo de organizarem a oferta do ensino primário e no caso do Serro, a proposta de um curso normal secundário, com reduzidos recursos financeiros.

O ensino normal serrano teve história curta e esteve inserido na disputa entre projetos diferentes de educação. Se por um lado, os republicanos históricos

acreditavam no cientificismo derivado do positivismo comtiano na escola e insistiam na criação de escolas mantidas pelo município como forma de liberdade local, por outro, os católicos radicais<sup>7</sup> e moderados ingressaram na educação local para reaverem a sua centralidade social colocada em questão com a secularização do estado brasileiro. Contudo, tanto republicanos históricos e os recém-convertidos à causa da modernização e progresso positivista e liberal quanto os católicos saudosos do padroado de tempos atrás e com medo da onda materialista e secularizadora serrana, tiveram em comum a ideia de que a melhor forma para instituir um espaço para suas conquistas seria a escola. Segundo o idealizador da Escola Normal Alcebiades Nunes de Ávila e Silva em seu relatório de 1902:

O povo que pediu à municipalidade a criação desta Escola e que tanto se entusiasma pela sua instalação em 1895, não viu iludida suas esperanças. Destinada a preparar professores dignos para a infância, ela o tem feito; e, fazendo-o, tem também elevado o nível intelectual de nossa mocidade. Dos nossos alunos diplomados, muitos não receamos opor aos mais bem preparados das melhores escolas do Estado (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documento 02, Caixa 14, 1902).

---

<sup>7</sup> Especialmente os adeptos do catolicismo ultramontano. Segundo Lage (2011, p. 36-37), “a defesa das ideias ultramontanas pode ser encontrada em diversos documentos, como bulas papais, pastorais episcopais, livros ou jornais católicos produzidos ao longo do século XIX. Todos estes documentos tiveram a intencionalidade de expressar o pensamento predominante nos quadros eclesiásticos da época, além de pretender a doutrinação dos fiéis. Os principais documentos papais que expressavam o pensamento centralizador foram as encíclicas dos Papas Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939). Quase todos os documentos apontavam para o combate ao período moderno e suas ideias, sendo que a Igreja apontava o período medieval como um modelo a ser seguido. O mundo moderno, secularizado, constituía-se em um grande perigo para a salvação da alma, pois se fundamentava principalmente na liberdade política e também de pensamentos. Era um mundo que não obedecia aos preceitos católicos e ao controle da Igreja. Tal controle só retornaria com a implantação e aceitação dos princípios ultramontanos e, principalmente, numa estrutura articulada pela manutenção e pelo fortalecimento do controle do sistema educacional.” Acreditamos ser o caso de Alcebiades Nunes de Ávila e Silva, quando o denominamos por “radical”, ou seja, ultramontano, em oposição a “moderado”, ou seja, mais liberal nos costumes.

A Escola Normal tornou-se uma esfera importante de disputa entre projetos aparentemente diferentes, mas com uma finalidade em comum: manter o poder das elites locais apesar dos novos tempos republicanos. O povo, mais uma vez, viu o desaparecimento de outra escola – a primeira foi o Liceu de Artes e Ofícios em 1883 – por conta de disputas políticas locais. Nesse caso, com o fim da Escola Normal, quem venceu a disputa?

Ao que tudo indica, o acordo local para o desaparecimento da Escola Normal seguiu dois arranjos distintos.

O grupo dos católicos radicais e moderados organizou-se em torno do Colégio Nossa Senhora da Conceição, criado no Serro em 24 de fevereiro de 1904, sendo equiparado às Escolas Normais Estaduais pelo decreto 4.040, de 30 de outubro de 1913. O Colégio em sua longa história no município foi gerenciado desde o início pelas irmãs da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, chegadas ao município para gerenciarem a Casa de Caridade Santa Tereza, o hospital do município, no mesmo ano. Este grupo teve o apoio do padre João Moreira e da mestra Cristina Amélia de Queirós Queiroga, sua protetora.

O grupo dos republicanos históricos e recém-convertidos ao seus ideais positivistas de progresso e modernização, passaram a orbitar em torno das propostas do presidente do estado de Minas Gerais, o serrano João Pinheiro da Silva, eleito em 1906 e que criou os grupos escolares seguindo o modelo paulistas a fim de reinventar a instrução pública primária, com o agrupamento das escolas mantidas pelo município em uma só, o Grupo Escolar Dr. João Pinheiro, que entrou em funcionamento no ano de 1908, no mesmo prédio onde funcionou a Escola Normal.

## REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, Liete Oliveira. **Formando o professor primário: A Escola Normal e o Instituto de Educação do Rio De Janeiro**. Disponível em: <[https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/navegando/artigos\\_pdf/Liete\\_Oliveira\\_Accacio\\_artigo.pdf](https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/navegando/artigos_pdf/Liete_Oliveira_Accacio_artigo.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2019.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 11, Caixa 06, 27/07/1901.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 12, Caixa 06, 30/09/1901.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 178, Caixa 30, 29/08/1898.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 136, Caixa 32, 29/08/1898.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 197, Caixa 18, 07/01/1896.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 196, Caixa 18, 07/01/1896.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 191, Caixa 18, 02/02/1896.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 193, Caixa 18, 14/11/1896.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 103, Caixa 04, 14/05/1900.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 104, Caixa 04, 14/05/1900.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 33, Caixa 05, 14/05/1900.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 34, Caixa 05, 14/05/1900.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 41, Caixa 05, 14/0/1900.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 117, Caixa 05, 15/05/1900.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 04, Caixa 10, 07/04/1902.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 195, Caixa 18, 08/05/1896.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 194, Caixa 18, 18/06/1896.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 198, Caixa 18, 11/11/1896.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 02, Caixa 14, 21/07/1899.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Documentos de Câmara.** Documento 02, Caixa 14, 1902.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno [94] 17-09-198 Verde e Branco Estrela**, sem paginação.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno [96] 00-00-1984 Prop [a]**, sem paginação.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno [98] 00-00-1984 Prop [c]**, sem paginação.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno [102] 20-11-1984 Prefeitura de Conceição do Mato Dentro**, sem paginação.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno [133] 15-02-1987 Clipper**, sem paginação.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno [139] 25-06-1987 Hibisco**, sem paginação.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Caderno [156] 06-07-1988 Azul Secretaria de Estado da Educação**, sem paginação.

BARROS, Josemir Almeida. Cenários da história da educação em Minas Gerais: o município e a educação na Primeira República. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia/MG, v. 13, n. 2 – jul./dez. 2014 p. 803-811.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891.** Diário do Congresso Nacional - 24/2/1891, Página 523. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao->

35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 03 abr. 2019.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas**. 2011. 246 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

**LEITE, Fábio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, jun. 2011.**

MACHADO Maria Cristina Gomes; SILVA, Josie Agatha Parrilha. Os projetos de reforma da escola pública propostos no Brasil entre 1870 e 1880. **Revista HISTEBR On-line**, Campinas/SP, n. 25, p. 200-2005, mar. 2007.

NUNES, Alcibíades. **Dos meus escriptos**. Niterói/RJ: Escolas Profissionais Salesianas, 1931.

PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. **José Ferreira Carneiro**. Disponível em: <<https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1298856>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

PIRES, Maria de Lourdes Moreira. **Valores do Serro**. Uma coletânea de perfis serranos. Contagem: s.e., 2015.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas do Brasil**. 4. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SOUSA, Gabriela Marques de; ROCHA, Juliano Guerra. A Escola Normal e a formação docente em Minas Gerais: Diamantina, 1913 A 1938. **Pedagogia em Foco**, Iturama/MG, v. 13, n. 9, p. 6-19, jan./jun. 2018.

SOUZA, Maria Eremita de. **Aconteceu no Serro**. Belo Horizonte: BDMG, 1999.

---

Sobre o autor

**Danilo Arnaldo Briskievicz**. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas. Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: doserro@hotmail.com

